

Amamentação, internet e relações de poder

Breastfeeding, internet, and power relations

Lactancia, internet y relaciones de poder

Danila Cal^(a)

<danila@ufpa.br> 

^(a) Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará. Rua Augusto Corrêa, 01, Guamá. Belém, PA, Brasil. 66075-110.

Em artigo desta edição, Natália Fazzioni e Kátia Lerner¹ relacionam amamentação, maternidade e internet no Brasil tendo como campo de pesquisa a plataforma digital *Baby Center*, especificamente as discussões sobre amamentação na seção Comunidade na qual as usuárias postam e respondem a questões. O texto problematiza as formas pelas quais a experiência da amamentação é atravessada por informações disponíveis on-line e também pelas interações digitais entre as mães.

Dentre as contribuições do artigo de Fazzioni e Lerner¹, destaco, a meu ver, três principais: trabalhar com uma perspectiva comunicacional e antropológica sobre amamentação, diferindo da maioria dos estudos que partem, sobretudo, do olhar médico e da Saúde Pública; realizar o gesto metodológico de ouvir mulheres que vivenciaram dilemas relacionados à amamentação e utilizaram a internet como fonte de informações e de interação com outras mães; desvelar tensionamentos e relações de poder que cercam a amamentação e, por consequência, a maternidade na contemporaneidade. Vou centrar o debate nos dois últimos tópicos, buscando refletir sobre as proposições do texto e agregar olhares complementares. Ressalto que interajo com o artigo por meio do lugar que ocupo como pesquisadora feminista, mãe e mulher da região amazônica.

Quanto à metodologia, a pesquisa realizou um mapeamento do conteúdo nas interações na Comunidade do *Baby Center* utilizando “leite” como palavra-chave. As autoras também fizeram entrevistas e examinaram as falas de cinco usuárias. A idade das entrevistadas variou de 24 a 38 anos; três identificavam-se como mulheres brancas, moradoras das capitais São Paulo e Rio de Janeiro; dessas, duas afirmaram receber de cinco a dez salários mínimos e uma mais de dez salários. As demais se identificaram como mulheres negras; uma moradora de município do Espírito Santo e outra de Nova Iguaçu (RJ); uma relatou receber até dois salários mínimos e outra até um salário.

Esse gesto de priorizar a escuta e as falas de quem experiencia o contexto investigado é fundamental para ampliar as perspectivas da academia sobre a realidade social e simbólica. As discussões teóricas e metodológicas dos feminismos do Sul Global e decolonial podem trazer contribuições importantes. Um primeiro ponto a ser considerado é, como pesquisadoras, interrogar nossos próprios pontos de vista e os espaços que ocupamos na história e na cultura².

Isso significa esclarecer as mediações que constroem nossos próprios olhares como pesquisadoras. Ochy Curriel³ argumenta sobre a necessidade de sujeitos subalternos deixarem de ser “objetos” e passarem a ser “sujeitos de conhecimento”. Dessa forma, ao mesmo tempo em que é essencial trabalharmos um processo de desobjetificação de nossos interlocutores de pesquisa, também precisamos explicitar os lugares e os privilégios que ocupamos como pesquisadoras. A preocupação e o cuidado com as falas das entrevistadas expressos no texto de Fazzioni e Lerner¹ avançam nessa direção e servem de inspiração para essas outras proposições.

Outro desafio desse tipo de pesquisa é o de não universalizar “mulheres” e “gênero” como categorias homogêneas⁴. Nesse sentido, é preciso levar em conta os atravessamentos de diferentes sistemas de opressão (como, por exemplo, colonialismo, racismo, sexismo, capitalismo, heteronormatividade) que complexificam os posicionamentos sociais e simbólicos das mulheres e, assim, inviabilizam uma monocategorização somente de gênero, classe, raça de modo isolado⁵.

Em relação ao desvelamento de relações de poder que cercam a amamentação e, por consequência, a maternidade, o artigo de Fazzioni e Lerner¹ aponta vários elementos que podem ser analisados à luz da discussão feminista sobre poder.

Partimos de uma construção teórica que procura pensar e observar relações de poder de modo a escapar do viés apenas da “dominação” para poder enxergar processos complexos pelos quais mulheres podem também resistir, agir politicamente e construir solidariedade⁶. Baseamo-nos na chave de leitura indicada por Amy Allen⁷ que discute os conceitos de “poder sobre”, “poder para” e “poder com” (*power over*, *power to* e *power with*) e os desenvolvemos por meio da relação com autores da filosofia política e das ciências sociais.

Algumas características centrais da ideia de “poder sobre” são⁶: a) Capacidade de um ator ou grupo de atores restringir as opções disponíveis para outro ator ou grupos de atores, de maneira não trivial; b) Dominação fundamentada em crenças e costumes, como é o caso da dominação patriarcal; c) Internalização dos valores dominantes pelos dominados, de forma que a dominação seja percebida como um acordo tácito. Outro aspecto do poder que abordamos é o “*power to*” (poder para). Segundo Allen⁷, esse

termo se refere à capacidade de alcançar um ou vários objetivos e está relacionado à construção e à busca de projetos de vida. O empoderamento e a resistência são formas específicas do “*power to*”.

A última distinção analítica de poder que consideramos é o “*power with*” (poder com), que diz respeito à construção de uma vontade coletiva e à capacidade de agir em conjunto⁸. A solidariedade desempenha um papel fundamental nesse aspecto do poder e contribui para a formação de ações coletivas.

Ao justificarem a escolha de “leite” como termo para pesquisa na Comunidade on-line, Fazzioni e Lerner¹ discorrem sobre os diferentes sentidos em torno dessa palavra, desde amamentação até o uso de fórmulas infantis e/ou outros leites. As autoras argumentam que existe um padrão de comunicação oficial advindo de especialistas e de campanhas que pregam um modelo ideal de amamentação (por exemplo, o aleitamento materno exclusivo até os seis meses) “que atravessa a experiência das mães de forma determinista e oferece pouca escuta e visibilidade para aquilo que as mulheres fazem quando não podem ou não conseguem amamentar” (p. 5).

Há, desse modo, pressões externas sobre como a mulher-mãe deve agir que repercutem em pressões internas e, por vezes, geram sofrimento no período do puerpério. A nosso ver, esse processo é resultante de relações de poder como dominação, oriunda não apenas do patriarcado, mas da construção moral, social e política do que seria esperado para uma “boa mãe”. Essas regulações sociais e morais também atuam sobre a decisão a respeito do tipo de parto, de tal modo que seria preciso sentir as dores do parto para ser vista como “boa mãe”. Tanto a amamentação quanto a decisão sobre o parto levantam questão sobre os limites e as possibilidades de liberdade e de autonomia da mulher-mãe.

Dessa forma, é de se esperar a tentativa recorrente das entrevistadas de procurar validar as escolhas que tomaram, após consultas à Comunidade, recorrendo a “evidências científicas” e/ou a recomendações oficiais. Há, contudo, a expressão de formas de resistência, como no caso relatado por Joana sobre a saída encontrada por ela para melhorar a amamentação ou o consumo de canjica como conhecimento popular para aumentar a produção de leite materno.

As entrevistadas indicam ainda que a procura por informações on-line ocorre “por não sentirem confiança, ou que haveria acréscimos nas informações que recebem ou receberão de profissionais de saúde (supostamente também cientificamente embasados)”¹ (p. 9). Indagamos se essa desconfiança do saber médico estaria relacionada a outras violências ou interdições experienciadas durante a gravidez e o parto.

Na perspectiva da resistência e do “poder para” podemos analisar também o achado das autoras sobre a monetização dos aprendizados sobre maternidade com a criação de perfis nas mídias digitais. Nesse caso, parece haver uma convergência em relação a características da própria ambiência das mídias digitais, com o compartilhamento de momentos íntimos como forma de gerar maior engajamento e, conseqüentemente, monetização. A partir, então, da experiência da maternidade e da visibilidade dessas mídias, mulheres-mães identificam-se e são identificadas como especialistas.

Por fim, consideramos as relações estabelecidas no Baby Center como um processo de construção de vínculos e de solidariedade entre as mães na perspectiva do “poder com”. Trata-se de uma comunidade de partilha e de apoio mútuo num período em que a mãe é deixada socialmente de lado e as atenções e o cuidado social voltam-se para o bebê.

Financiamento

Danila Cal é bolsista de pós-doutorado Capes no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fiocruz e coordenadora do Projeto de Pesquisa Ecoaras - Comunicação, Democracia e Modos de (R)Existência de Mulheres na Amazônia, financiado pelo CNPq (processo n. 422492/2021-3).

Conflito de interesse

A autora não tem conflito de interesse a declarar.

Direitos autorais

Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional Creative Commons 4.0, tipo BY (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR).



Editor

Antonio Python Cyrino

Editor de debates

Sérgio Resende Carvalho

Submetido em

12/03/24

Aprovado em

25/03/24

Referências

1. Fazzioni NH, Lerner K. Agenciamentos de mulheres que amamentam: refletindo sobre amamentação, maternidade e internet no Brasil. *Interface (Botucatu)*. 2024; 28:e220698. doi: 10.1590/interface.220698.
2. Oyěwùmí O. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2021.
3. Curiel O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: Hollanda HB, organizadora. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2020. p. 120-39.
4. Esteves L. *Ativismo de mulheres indígenas em ambientes digitais: diálogos sobre (de) colonialidades e resistências comunicativas [tese]*. Belém: Universidade Federal do Pará; 2022.
5. Lugones M. Rumo a um feminismo decolonial. In: Hollanda HB, organizadora. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo; 2019. p. 357-78.
6. Cal DGR. *Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências*. Salvador: EDUFBA; 2016.
7. Allen A. *The power of feminist theory: domination, resistance, solidarity*. Boulder: Westview Press; 2000.
8. Arendt H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1994.
9. Lage LR, Cal D, Silva BTV. Corpo e poder: as condições de vulnerabilidade da mulher mãe no debate midiático sobre o parto. *Cad Pagu*. 2020; (59):e205915.